

Edição nº 13/2024

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 25 a 28 de março, em Brasília.

PAUTA DA CÂMARA, PRISÃO DE DEPUTADO, DÉFICIT ZERO & DISPUTA PELO PERSE

Nesta semana, Lira irá acelerar votações na Câmara. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), poderá realizar um movimento intenso nos próximos dias no Plenário da Casa, pautando projetos de lei importantes, como os projetos que alteram a Lei das Falências (PL 3/2024) e tratam do devedor contumaz (PL 1646/2019). A priorização dessas matérias tem por objetivo destravar a pauta do Plenário antes da janela partidária da próxima semana, período no qual os parlamentares podem trocar de legenda sem o risco de serem penalizados por infidelidade partidária e durante o qual as atenções políticas se voltam especialmente para as eleições, ou seja, esvaziando as deliberações na Casa.

Ainda na Câmara, o Plenário deverá analisar se mantém ou não a prisão do deputado Chiquinho Brazão (UNIÃO/RJ). Apontado em delação como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, o parlamentar foi preso em flagrante pelo crime de obstrução de justiça, por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes. A Câmara dos Deputados deverá analisar na próxima sessão de Plenário a prisão do parlamentar e, embora tenha a prerrogativa de decidir pela manutenção ou pelo relaxamento da prisão, a tendência é que a prisão seja mantida - são necessários que pelo menos 257 deputados votem a favor da prisão para que o congressista continue preso. Neste domingo (24), Brazão foi expulso do União Brasil, por decisão unânime. Em paralelo, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao qual Marielle era filiada, protocolou um pedido de cassação do mandato do deputado por quebra de decoro parlamentar.

No Executivo, déficit zero permanece um tema controverso. O Ministério do Planejamento e Orcamento (MPO) e o Ministério da Fazenda (MF) divulgaram o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), o qual dentre outros pontos, apontou a necessidade de bloquear RS 2,9 bilhões em despesas orçamentárias, bem como estimou o déficit em R\$ 9,3 bilhões (ou 0,1% do PIB) para 2024 - a projeção inicial era de superávit de R\$ 9,1 bilhões. Embora tenha sido colocado como meta desde o início do atual governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) e analistas do mercado têm levantado dúvidas sobre a capacidade de o Executivo zerar o déficit neste ano – em janeiro, o TCU estimou um déficit de R\$ 55,3 bilhões, enquanto a corretora Warren Rena projeta um déficit ainda maior, de R\$ 90 bilhões.

Em outra frente, disputa pelo Perse continua. Após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmar que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi "muito mal desenhado", o autor do Programa, deputado Felipe Carreras (PSB/PE) disse que, além de os dados divulgados pela Fazenda estarem "errados". o ministro dá um "tiro no próprio pé", uma vez que o relator da última versão do Perse - aprovada em 2023 -, foi o próprio líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT/CE). A extinção do Perse foi proposta pela Medida Provisória nº 1.202/2023, mas a reação do Congresso levou o governo a discutir a medida por meio de um projeto de lei, que ainda não foi enviado. Além disso, o tema continua tramitando na Medida Provisória, que já começa a produzir efeitos na próxima segunda-feira (1º).

Destaque da Semana

Terça

Realização da **5ª Conferência Nacional de CT&I** com o tema "*Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação e Sustentabilidade*".



Quarta
Nesta
Semana

- Realização do 3ª Seminário Educação Conectada, para discutir as políticas públicas voltadas para a conectividade de escolas, alunos e educadores.
- Realização do Seminário Internacional "Democracia e Novas Tecnologias: desafios da era digital", no Senado Federal.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, nesta segunda (25), com a ministra Sonia Guajajara (Povos Indígenas). Logo em seguida, participou, ao lado dos ministros Camilo Santana (Educação) e Rui Costa (Casa Civil), do anúncio de pagamento da primeira parcela do Programa Pé de Meia. Ainda, o presidente se encontrou com deputadas e senadoras de partidos da base aliada ao governo no Congresso Nacional e a ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação).

Já na terça (26), Lula recepcionará o presidente da França, **Emmanuel Macron**, para discutir o bioma amazônico, tema de interesse entre os dois países. Ainda nesta terça, o presidente participa da cerimônia de assinatura de atos relacionados ao Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e a debêntures de infraestrutura.

Na quarta (27), Macron e Lula visitam o Complexo Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro-RJ, para o lançamento do Tonelero, o terceiro submarino brasileiro construído como parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha. Para o fim da visita de Macron, na quinta(28), participará reunião bilateral e assinatura de atos.

O presidente Lula poderá, ainda, sancionar o <u>PL 4358/2023</u> (*institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental*), cujo prazos constitucional encerra-se nesta semana.

CGU

Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – Vinícius Marques de Carvalho participa, ao longo da semana, da rodada de reuniões técnicas do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTAC) do G20, para trocar experiências e boas práticas no avanço da justiça, na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento sustentável. A reunião também contou com a participação do Advogado Geral da União, Jorge Messias.

MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Agenda da ministra – Luciana Santos participou, nesta sexta (25), da Cerimônia de Adesão do Brasil à Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN).

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – **Juscelino Filho** concedeu, nesta segunda (25), entrevista ao Programa Bom dia Mirante. Ainda, nesta quarta (27), o ministro cumpre agenda oficial em Fortaleza (CE), para realizar a Blitz de Telefonia Móvel, para fiscalizar a qualidade do sinal das operadoras para elevar os padrões de serviço.



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações

Agenda da agência

- Apresentação dos resultados da Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida de 2023;
- Palestra online "Boas práticas regulatórias: novas tendências e antigos desafios";

MDIC

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços **Agenda do ministro** – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (25), da abertura da 2ª edição do projeto "*O Brasil Rumo* à *COP 30*". Durante o evento, o ministro ressaltou que enquanto os países ricos são os maiores emissores de gases de efeito estufa, os países mais pobres, que têm atrasos em infraestrutura, são os que mais enfrentam as consequências das mudanças climáticas.

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Agenda do presidente – Aloizio Mercadante reuniu-se, nesta segunda (25), com representantes da Câmara dos Deputados, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Prefeitura do Rio de Janeiro. No mesmo dia, participou de Reunião Extraordinária de Diretoria do Sistema BNDES.

ABDI

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Agenda da agência

√ 56ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da ABDI;

INMETRO

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Agenda do presidente – Marcio André Brito se reunirá, nesta terça (26), com o subsecretário de Administração Financeira Federal, Marcelo Amorim e o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, David Athayde, para debater sobre orçamento/limite do pagamento do Inmetro.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do ministro – Camilo Santana participou, com a presença do presidente **Lula**, de encontro com estudantes para falar sobre o aplicativo para acompanhamento do Programa Pé-de-Meia.

Agenda ministerial

Seminário "Formação continuada das universidades para alfabetização", no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

MF

Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Fernando Haddad** se reuniu, nesta segunda (25), com o presidente do Banco da Amazônia (BASA). Em outro compromisso, recebeu o presidente do Conselho Administrativo do Grupo TATA SONS.

Agenda ministerial

Philadelphia (EUA) – "2024 Trade Facilitation and Cargo Security Summit".

BACEN

Banco Central do Brasil

Agenda do banco – **Otavio Ribeiro Damaso**, diretor de Regulação, cumpriu agenda oficial no Rio de Janeiro-RJ, nesta segunda (25), para reunir-se com o membro do Conselho Executivo do Banco Central Europeu (ECB), **Frank Elderson**, para tratar sobre assuntos de regulação.

MGI

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Agenda da ministra – Esther Dweck participou, nesta segunda (25), de encontro com o presidente Lula, ministras de Estado, senadoras e deputadas



federais. Na ocasião reforçou as ações que o Estado brasileiro também pode contribuir para fortalecer a igualdade entre mulheres e homens por meio de medidas que hoje já funcionam para reduzir outras desigualdades.

MJSP

Ministério da Justiça e Segurança Pública Agenda do ministro – Ricardo Lewandowski concedeu coletiva de imprensa, neste domingo (24), para anunciar a conclusão das investigações relacionadas aos assassinatos da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, além da tentativa de homicídio contra a assessora Fernanda Chaves.

Agenda ministerial

 Evento paralelo da reunião técnica do Grupo de Trabalho (GT) Anticorrupção do G20.

Agenda Internacional

- ✓ Pittsburgh (EUA) "FBI Cyber Division's 2024 International Task Force (ITF)"; e
- Lima (Peru) Encontro da Rede Iberoamericana de Proteção de Dados (RIPD).

MPO

Ministério do Planejamento e Orçamento **Agenda da ministra – Simone Tebet** apresentou nesta segunda (25), ao lado dos ministros **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego), **Cida Gonçalves** (Mulheres), **Esther Dweck** (Gestão, Inovação e Serviços Públicos), o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

Agenda internacional

✓ Buenos Aires (Argentina) – Reunião de Intercâmbio entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária (ACIAH).

MTE

Ministério do Trabalho e Emprego **Agenda do ministro – Luiz Marinho** apresentou nesta segunda (25), ao lado dos ministros **Simone Tebet** (Planejamento e Orçamento), **Cida Gonçalves** (Mulheres), **Esther Dweck** (Gestão, Inovação e Serviços Públicos), o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana. Ventila-se a possibilidade de votação, entre outros, do <u>PL 1646/2019</u> (*Devedor Contumaz*); e do <u>PL 3/2024</u> (*aprimora a Lei de Falências*)

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, a <u>PEC 45/2023</u> (criminaliza porte e posse de drogas); o <u>PL 3027/2022</u> (institui a Política Nacional de Qualidade do Ar); e o <u>PDL 929/2021</u> (Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul).



Comissões

EDUCAÇÃO Mundo do Trabalho do Século XXI	Senado CE Terça (26) 14h00 Audiência Pública – A Comissão de Educação e Cultura realiza audiência pública para debater a perspectiva dos pós-graduandos no mundo do trabalho do Século XXI. Foram convidados a participar representantes de associações de pesquisa e pós-graduação.
POLÍTICA	Câmara CREDN Quarta (27) 09h00
Eleição da Vice- Presidência de Comissão	Reunião – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional se reúne, nesta semana, para <u>eleger os cargos de vice-presidentes da Comissão</u> .
	Senado GPFFRANCA Quinta (28) 16h00
Instalação de Grupo Parlamentar	Reunião – Será realizada, nesta semana, reunião de <u>instalação do Grupo</u> Parlamentar Brasil-França.

Política

Lula citou trocas na Esplanada em reunião com ministros e fez comparação com 2026. O presidente Lula (PT) citou as trocas que teve que fazer na Esplanada dos Ministérios em 2023 em reunião ministerial realizada na semana. Segundo relatos, no final do encontro, o chefe do Executivo disse que as mudanças realizadas foram difíceis, mas que as vê como algo natural na política —e que todos devem ter essa percepção. Nesse momento, ele teria feito uma piada, afirmando que em 2026, quando ministros pedirem para deixar os cargos para concorrer às eleições, ele também terá que encarar isso com naturalidade. Apesar de ter tratado do tema na reunião, a avaliação de membros do governo é que o petista não deve realizar nenhuma troca no momento. Fonte: Folha de S. Paulo

Após encontro com líderes do Congresso, Lula e Janja recebem bancada feminina e ministras. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama, Janja Lula da Silva, se reúnem na noite de segunda-feira (25) com deputadas e senadoras de partidos da base aliada ao governo no Congresso Nacional. O encontro ocorrerá no Palácio da Alvorada. A reunião será a primeira promovida especialmente para parlamentares mulheres na residência oficial do casal presidencial. Nas últimas semanas, o presidente Lula recebeu, também no Alvorada, líderes da Câmara e do Senado. Nos dois encontros, somente três mulheres estavam presentes: a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), a ministra Luciana Santos (Ciência e Tecnologia) e a senadora Eliziane Gama (PSD-MA). A primeira-dama não participou. Fonte: G1 Notícias

Brasil discute no G20 pauta anticorrupção aliada ao desenvolvimento social e ambiental. O Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTAC) do G20 iniciou, no domingo (24/3), uma rodada de reuniões técnicas com as principais economias do mundo para trocar experiências e boas práticas no avanço da justiça, na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento sustentável. Como coordenador do GTAC, o ministro da



CGU, Vinícius Marques de Carvalho, fez a abertura da primeira reunião técnica, em Brasília (DF). Os encontros acontecem até terça-feira (26/3) e reúnem representantes dos países membros do G20 e dos países e das organizações internacionais convidados. Durante a reunião, o Brasil, por meio do GTAC, convidou os membros do G20 para que, em diálogo com a sociedade, discutam medidas para aprimorar a qualidade e a integridade das organizações públicas e privadas, e contribuir com a redução das desigualdades e a transição a um modelo de desenvolvimento social e ambiental mais sustentável. O Grupo Anticorrupção aproveitou a oportunidade para incentivar o engajamento de todos os membros e participantes da reunião para ajudar a traduzir em ações concretas os objetivos propostos pela presidência brasileira que são também objetivos de interesse global. Fonte: ASCOM CGU

Censo Demográfico auxilia o governo na formulação de políticas públicas. Dados divulgados na quintafeira, 21 de março, pelo Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), poderão ajudar os governos Federal, estaduais e municipais a melhor orientarem suas políticas de acordo com os públicosalvo. O censo demográfico é a principal fonte de referência sobre as condições de vida da população em todos os municípios do país e em seus recortes territoriais internos. A pesquisa detalha a população residente e de domicílios por setores censitários no Brasil. Ao todo, 452.338 setores censitários estão distribuídos pelos 5.568 municípios brasileiros, além do Distrito Federal e do Distrito de Fernando de Noronha. "Com as informações disponibilizadas, os analistas conseguem estabelecer uma série de estudos, classificações territoriais e regionalizações que podem ser úteis, principalmente, para atividades de gestão do território nas três esferas de governo", Fernando Damasco, Pesquisador do IBGE. Fonte: ASCOM Secom

Economia

Decreto cria comitê de taxonomia sustentável com ministérios, BC, CVM, Susep, Previc e BNDES. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou decreto que institui o Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB). A Taxonomia Sustentável Brasileira consiste em sistema de classificação de atividades, ativos ou categorias de projetos que contribuam para a consecução de objetivos climáticos, ambientais e sociais, por meio de critérios específicos. Segundo o decreto, ao comitê interinstitucional compete elaborar e aprovar o regimento interno; aprovar os planos e as iniciativas de formulação e implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira; e monitorar a implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira e avaliar os seus resultados. O comitê é instância máxima de deliberação da governança da Taxonomia Sustentável Brasileira e será composto por um representante de 27 órgãos e entidades, sendo 22 de ministérios e o restante do Banco Central (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fonte: Valor Econômico

Multa paga em rescisão trabalhista não tem cobrança de Imposto de Renda, diz Justiça. O pagamento da multa de 50% em caso de rescisão de contrato de trabalho não deve ter desconto do Imposto de Renda. A decisão foi tomada pela TRU (Turma Regional de Uniformização), dos JEFs (Juizados Especiais Federais) da 4ª Região, no mês de março, em processo movido por um médico contra a Fazenda Nacional. O profissional afirmou que teve o contrato rescindido pelo hospital onde trabalhava no Paraná e foi ao Judiciário para discutir a verba rescisória. O motivo é que, após um acordo entre as partes, o empregador pagou R\$ 93,5 mil como multa prevista no artigo 467 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a Receita Federal descontou IR sobre o valor. O artigo prevê que o empregador deve pagar ao ex-funcionário a quantia das verbas rescisórias que não é questionada pelas partes, ou seja, de comum acordo entre empresa e trabalhador. A quitação dos valores deve ocorrer até a data de comparecimento na Justiça do Trabalho. Se não houver pagamento, há um acréscimo de 50%. O médico afirma, no processo movido contra a União, que a Receita Federal cobrou IR



sobre a multa rescisória obtida na ação trabalhista. De acordo com o profissional, "tais verbas são dotadas de caráter indenizatório e não sujeitas ao IR". Fonte: Folha de S. Paulo

Emendas parlamentares são preservadas de bloqueio de R\$ 2,9 bilhões. O bloqueio de R\$ 2,9 bilhões, anunciado na sexta-feira (22), em Brasília, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, não atingirá as emendas parlamentares. Segundo o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, o governo esperará o Congresso votar o veto de R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão para decidir sobre o destino das emendas. "São decisões políticas a serem tomadas pelas autoridades competentes, pelos poderes constituídos. Na mesma medida em que houver essa decisão, nós passamos a refletir nos relatórios bimestrais. O próximo, de maio, é que vai absorver essa decisão", justificou Paulo Bijos. Ele afirmou, também, que o artigo 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 determina quais despesas não podem ser bloqueadas. De um total de R\$ 204 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios) do Orçamento, somente R\$ 77 bilhões poderão ser bloqueados. Fonte: Agência Brasil

Após bloqueio do Orçamento, Haddad vê evolução das contas em relação à 'bagunça' de 2022. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões no orçamento de 2024, anunciado na sexta-feira (22) pela pasta e pelo ministério do Planejamento e Orçamento. Para ele, os resultados estão próximos do esperado pelo governo federal, e que a Receita Federal avalia periodicamente os resultados de arrecadação para ajudar a tomada de decisão. "A cada bimestre, a Receita Federal vai fazendo uma avaliação das receitas que podem entrar ao longo do ano, os riscos de frustração e avaliações dessa natureza, como foi o caso da receita de concessões, que foi revista para baixo. E vai reavaliando as outras receitas, as receitas ordinárias, que, no nosso entendimento, poderiam estar subestimadas". Fonte: G1 Notícias

Índice de inovação das empresas foi de 68,1% em 2022, diz IBGE. O índice de inovação das empresas brasileiras foi de 68,1% em 2022, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na 4ª feira (20.mar.2024). O instituto considerou 9.584 empresas brasileiras com 100 ou mais empregados do setor extrativo e de transformação. Na comparação com o ano anterior, houve queda de 2,4 pontos percentuais (70,5%). Os dados são da Pintec Semestral 2022 (Pesquisa de Inovação Semestral). O levantamento considera a introdução de "produtos novos ou substancialmente aprimorados" e/ou a implementação de "processo de negócios" inovadores ou "aprimorados para uma ou mais funções de negócios da empresa". Fonte: Poder 360

Ambiente macroeconômico positivo favorece retomada do setor produtivo em 2024. A recuperação e a estabilidade do cenário macroeconômico e fiscal brasileiro, ilustradas pela melhora continuada de indicadores como inflação e taxa de juros, podem impactar positivamente o desenvolvimento do setor produtivo brasileiro ainda em 2024, com o auxílio da Nova Indústria Brasil. A expectativa de retomada do segmento produtivo, este ano, encontra respaldo em projeções do PIB anunciadas esta semana e no reaquecimento do setor automotivo no primeiro bimestre de 2024. A perspectiva converge com dados anunciados pelo Ministério da Fazenda na última quinta-feira, 21/03, que projetam o crescimento do PIB da indústria em 2,5% e do PIB de serviços, em 2,4%. "Investimento e crescimento só acontecem se a gente tiver um ambiente macroeconômico que viabilize isso: juros, câmbio e crédito. Os juros são decisivos para você ter qualquer alavancagem na indústria. E o câmbio, que está em um patamar bom, favorece as exportações", analisou o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli. "Temos um cenário macroeconômico excepcional, com um governo atuando firmemente para retomar a política industrial e para neoindustrializar o Brasil, inclusive, com políticas fortes de atração de empresas e de créditos para inovação, com taxa diferenciada, e do Fundo Clima, que prioriza a transição energética", pontuou Cappelli. Fonte: ASCOM ABDI



Brasileiros veem melhora em situação financeira e projetam aumentar gastos, afirma CNI. Há uma maior disposição entre os brasileiros de aumentar os gastos com bens de maior valor agregado, como móveis e eletrodomésticos, nos próximos 12 meses. De acordo com a pesquisa inédita Retratos da Sociedade Brasileira nº 60, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Instituto de Pesquisa em reputação e Imagem (IPRI), 41% dos brasileiros afirmam que vão consumir mais produtos industriais em 2024 do que no ano passado, 41% dizem que vão manter o consumo do último ano e, apenas 15% dos entrevistados acreditam que devem comprar menos. Foram ouvidas 2.012 pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%. A expectativa de aumento dos gastos com bens de maior valor nos próximos 12 meses é maior entre os mais jovens: mais de 45% dos entrevistados com idades entre 16 e 40 anos acreditam que vão gastar mais nos próximos 12 meses. A perspectiva cai para 34% no grupo etário de 41 anos e 59 anos; e para 36% na parcela da população com mais de 60 anos. Fonte: Portal Indústria

Cenário Internacional

Presidente Lula recebe o presidente da França, Emmanuel Macron. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebe o presidente da França, Emmanuel Macron, para uma série de agendas ambientais, políticas e estratégicas na próxima semana. A viagem intensifica a cooperação entre Brasil e França e estreita os acordos comerciais entre os países. A autoridade francesa manterá agenda em Belém/PA, na terça-feira, 26 de março, depois Itaguaí/RJ (na manhã do dia 27), São Paulo/SP (tarde do dia 27) e Brasília/DF (no dia 28). Com exceção de São Paulo, o presidente Lula acompanhará a visita em todas as cidades. Na primeira parada, Lula recepciona o presidente francês ao Brasil e ambos seguem para a Ilha do Combu, onde visitam comunidades locais e encontram líderes indígenas. Os presidentes vão discutir o bioma amazônico, tema de interesse entre os dois países - a Guiana Francesa, departamento ultramarino da França, possui cerca de 1,4% da floresta em seu território. A agenda é centrada na preservação ambiental e na agenda climática, no desenvolvimento econômico local, na promoção do comércio e da integração das áreas fronteiriças e nas comunidades indígenas. Fonte: Agência Brasil

Último Foco

Desoneração da folha: Deputados tentarão congelar alíquotas até 2026. O prazo para emendas ao Projeto de Lei que propõe a reoneração da folha de pagamento (PL 493/2024) encerrou nesta quinta-feira, 21. Entre as contribuições está proposta assinada por colegas de partido da relatora, Any Ortiz (Cidadania- RS), com apoio de lideranças, que propõe a prorrogação das regras vigentes até 2026, com reoneração a partir de 2027. Conforme a norma em vigor, 17 setores da economia podem recolher de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de 20% sobre o salário dos empregados. O objetivo principal é estimular a geração e manutenção de empregos formais. Alegando que o benefício não tem gerado os efeitos esperados nos últimos anos, o governo propõe uma reoneração gradual, de quatro anos, até a revogação completa, com início da transição o quanto antes. Fonte: Tele Síntese

MCom integra Comitê que acompanhará metas de desenvolvimento regional. Decreto publicado nesta segunda-feira, 25, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). As atividades serão conduzidas por um Comitê-Executivo com participação do Ministério das Comunicações (MCom). Com o objetivo de "reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais", a norma prevê, entre outras medidas, a "estruturação de modelo de planejamento integrado, por meio da elaboração de planos



regionais e sub-regionais de desenvolvimento, pactos de metas e carteiras de projetos em diferentes escalas geográficas". A PNDR terá abrangência regional, no entanto, estabelece prioridades as quais receberão planos dedicados: em âmbito macrorregional, a Amazônia Legal, e as Regiões Nordeste e Centro-Oeste; e no âmbito Sub-regional, são consideradas faixa de fronteira (até 150 km), região integrada de desenvolvimento, semiárido e eventuais outras localidades definidas pelo Comitê-Executivo. O colegiado, Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, será responsável por promover a articulação das políticas setoriais federais, propor estratégias e acompanhar os planos regionais e sub-regionais. Os eixos do planejamento incluem o "acesso a serviços públicos essenciais", a "difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação", as "infraestruturas econômica e urbana", e a "qualificação profissional". Fonte: Tele.Síntese

Marco Civil da Internet: Comissão de juristas terá esforço concentrado. A comissão de juristas responsável pela atualização do Código Civil, instalada no Senado Federal, realizará esforço concentrado para votação do relatório final na próxima semana, de segunda, 1º a sexta-feira, 5. O texto preliminar, apresentado em fevereiro, prevê mudanças no Marco Civil da Internet, regras para uso de inteligência artificial e contratos digitais. O relatório propõe inserir um novo caderno no Código Civil brasileiro, intitulado "Direito Civil Digital". Um dos pontos trata da exclusão do Artigo 19 do Marco Civil da Internet, que impede a responsabilização dos provedores de conteúdo sem decisão judicial prévia, tema que está em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em substituição, propõem que "as plataformas digitais poderão ser responsabilizadas administrativamente e civilmente: pela reparação dos danos causados por conteúdos gerados por terceiros cuja distribuição tenha sido realizada por meio de publicidade de plataforma; e por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros quando houver descumprimento sistemático das obrigações previstas [na lei], nos termos de regulamento". Fonte: Tele Síntese

ANPD participa de evento com especialistas em Segurança da Informação e Cibersegurança. Na última semana, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) participou do evento Security Leaders, em Brasília/DF. Representada pelo gerente de projeto do Conselho Diretor Jeferson Barbosa, o painel tratou sobre a regulação da inteligência artificial (IA) no Brasil. Com o avanço da aplicação da IA nas estratégias de negócio, surge a necessidade de estabelecer padrões éticos e regulatórios para o desenvolvimento e o uso da IA. O evento abordou como deve ser a condução da regulação, quais áreas precisam ser envolvidas e ainda debateram sobre o papel de cada entidade na construção e fiscalização de uma tecnologia tão inovadora. "A ANPD teve a oportunidade de esclarecer, mais uma vez, a sua disposição em colaborar e de apresentar sugestões sobre a regulamentação, além de reforçar a sua pré-disposição de assumir a função de autoridade central competente dentro do ecossistema de governança da IA", afirmou Jeferson Barbosa. Fonte: ASCOM ANPD

Conselho Diretor da ANPD participa de reunião do Fórum Empresarial da LGPD. Na última quinta (21/3), o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) participou da reunião ordinária do Fórum Empresarial para a LGPD, realizada virtualmente. Foram abordados temas da agenda prioritária do Fórum que visam a sustentabilidade e segurança jurídica no ambiente digital. O foco principal foi dado ao Projeto de Lei nº 615, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, e os impactos que podem causar na regulação e fiscalização da LGPD e, também, na própria ANPD. Fonte: ASCOM ANPD

Ceadi promove palestra online "Boas práticas regulatórias: novas tendências e antigos desafios", com Michelle Holperin. O Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Ceadi), think tank de pesquisa científica e diálogo acadêmico no setor de comunicações digitais e inovações tecnológicas, promove, dia 28 de março das 9h às 10h30, a palestra online "Boas práticas regulatórias: novas tendências e antigos desafios" com Michelle Holperin, coordenadora de pesquisas em Boas Práticas Regulatórias do Laboratório de Regulação Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A palestra será transmitida pelo canal da Anatel no YouTube. As pesquisas de Michelle englobam questões



sobre a agenda de melhoria regulatória, incluindo estratégias de simplificação administrativa, análise de impacto regulatório e avaliação de resultado regulatório. A palestra faz parte do projeto Diálogos sobre Regulação e Boas Práticas Institucionais do Ceadi, que mensalmente promove palestras e seminários online com especialistas sobre temas relevantes ao setor de telecomunicações e às comunicações digitais. Fonte: ASCOM ANATEL

Mais da metade das empresas brasileiras usam IA e IoT em seus processos de negócios. Um estudo recente da Kaspersky mostra que mais que 50% das empresas brasileiras implementaram a inteligência artificial (IA) e a internet das coisas (IoT) em suas infraestruturas corporativas. Além disso, mais de 30% planejam adotar essas tecnologias interconectadas em até dois anos. Para os especialistas da empresa, apesar dos benefícios, tais tecnologias também representam novos riscos e desafios quando se trata de proteger os ativos empresariais e salvaguardar a privacidade dos clientes. O estudo "Conectando o futuro da empresa" levantou questões fundamentais sobre como a cibersegurança deve adaptar-se a elas. Com esse objetivo, a empresa realizou uma pesquisa com 560 líderes sênior da área de segurança de TI na América do Norte, América Latina, Europa, Oriente Médio e África, Rússia e Pacífico Asiático. A pesquisa mostrou que a IA e a IoT já são usadas por 59% e 51% das empresas brasileiras, respectivamente, sendo que 31% e 34% delas planejam adotá-las em até dois anos. Os espaços de dados são usados por 47% das organizações no Brasil, e 41% delas pretendem adotá-los em breve. Outras tecnologias interconectadas, como web 3.0, digital twins e realidade aumentada, aparecem com uma taxa de adoção de 37%, sendo que outros 37% planejam implementar essas soluções em até dois anos. Já a tecnologia 6G registrou 25% das empresas já a usando e 53% planejando adotá-la em dois anos. Fonte: Abranet

Simples Nacional: Defis é obrigatória e prazo termina no dia 28. A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) deve ser entregue até quinta-feira (28), que é considerado o último dia útil do mês de março. Empresas enquadradas como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) inscritas no Simples Nacional devem ficar atentas aos prazos e requisitos para cumprir essa obrigação acessória. Substituindo a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), a Defis foi instituída para que as empresas comuniquem à Receita Federal dados econômicos e fiscais relevantes. Este procedimento é essencial para manter a conformidade tributária e evitar complicações futuras. Fonte: Convergência Digital

Governo reduz em R\$ 13 bi arrecadação com sites estrangeiros e tributação de acionistas de empresas. Apesar de o governo ter praticamente mantido a previsão de receitas com o pacote arrecadatório do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aprovado pelo Congresso em 2023, algumas ações tiveram suas expectativas de ganho fortemente reduzidas. Duas delas, inclusive, foram zeradas, segundo informações do Ministério do Planejamento e Orçamento, divulgadas na sexta-feira, 22. É o caso da mudança na tributação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) - um tipo de remuneração das empresas a seus acionistas - e do programa Remessa Conforme, que combate à sonegação em compras realizadas por meio de varejistas internacionais. Somadas, as revisões nas duas medidas significaram R\$ 13,2 bilhões a menos nas projeções de arrecadação de 2024. Fonte: O Estado de S. Paulo

Fazenda notifica governo do Rio para barrar credenciamento ilegal de casas de apostas esportivas. O Ministério da Fazenda enviou uma notificação à Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro) para que interrompa o credenciamento de casas de apostas esportivas online, as "bets", nos moldes atuais. O ministério sustenta que o governo do estado, por meio da Loterj, está credenciando as bets sem estabelecer uma trava para que as empresas atuem somente em território fluminense. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que Estados e municípios explorem jogos, mas respeitando os limites dos respectivos territórios. O "drible" do Rio de Janeiro na legislação preocupa a equipe econômica. A avaliação é que, se a prática for mantida, haverá uma guerra fiscal no país em torno do



credenciamento das casas. Além disso, há o risco de desmonte da regulamentação preparada pelo governo federal e aprovada no Congresso. <u>Fonte</u>: G1 Notícias

Secretaria habilita primeira entidade certificadora de sistemas de apostas. A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda reconheceu, por meio da Portaria SPA/MF nº 504, de 22 de março de 2024, a capacidade operacional da primeira entidade certificadora para atuar no mercado de apostas brasileiro: a Gaming Laboratories International LLC (GLI). O processo de reconhecimento seguiu as normas estabelecidas na Portaria SPA/MF nº 300, de 23 de fevereiro de 2024, e faz parte da estratégia do Governo Federal em garantir um mercado de apostas mais seguro aos apostadores brasileiros por meio da avaliação contínua da conformidade dos agentes operadores com os requisitos técnicos definidos na legislação vigente e na regulamentação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. A GLI teve sua capacidade operacional reconhecida para certificar os sistemas de apostas, os estúdios de jogos ao vivo e os jogos online a serem utilizados pelos agentes operadores autorizados pela Secretaria. Fonte: ASCOM MF

Painel discute o impacto das apostas de quota fixa no ambiente de inovação no RS. No terceiro dia de South Summit Brazil, realizado em Porto Alegre, um dos painéis no RS Innovation Stage abordou o impacto da liberação das apostas de quota fixa no ambiente de inovação no Rio Grande do Sul. O debate aconteceu na manhã de sexta-feira (22/3) e foi mediado pelo secretário-adjunto de Inovação, Ciência e Tecnologia, Raphael Ayub, que destacou a prospecção da pauta pelo governo gaúcho como forma de regularizar o tema, dar segurança aos usuários dos sistemas e aumentar a arrecadação por meio de impostos. Os convidados se reuniram para discutir fatores como a regulamentação das apostas, aspectos econômicos e comerciais por trás das operações e como está o debate dessas empresas com órgãos governamentais, que visa estabelecer pagamento de impostos. Além disso, foram abordados os desafios e as oportunidades desse novo setor para a economia. Fonte: Governo do Estado do RS

Empresas de Santa Catarina receberão mais de R\$ 30 milhões em fomento para inovação. As empresas catarinenses receberão mais um apoio do Governo do Estado para investirem em inovação. Por meio Programa Tecnova 3, serão repassados via edital de chamada pública, mais de R\$ 30 milhões para investimento em desenvolvimento de produtos, bens, serviços e processos inovadores. O fomento será destinado a propostas selecionadas por meio do edital da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), em conjunto com a com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Na próxima terça-feira, 26, ocorrerá o lançamento da terceira edição do Tecnova, com a presença do governador Jorginho Mello e demais lideranças do Governo do Estado, a partir das 13h30, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), em Florianópolis. O evento será aberto ao público e para participar, basta fazer inscrição no link. O Tecnova é um programa de apoio à inovação promovido pela Finep em todo o Brasil. Em Santa Catarina, a Fapesc é responsável pela execução do programa. As propostas poderão ser submetidas no sistema SIG Fapesc até 27 de maio de 2024.. Fonte: TI Inside